

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.019 - AL (2014/0195778-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : GRANITOS DO NORDESTE DO BRASIL S/A - GRANORDESTE  
**ADVOGADOS** : ARTHUR DE ARAUJO CARDOSO NETTO - AL003901  
PAULO COUTO RAMALHO DE CASTRO E OUTRO(S) - AL006958  
**RECORRIDO** : DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL -  
DNPM  
**REPR. POR** : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por GRANITOS DO NORDESTE DO BRASIL S/A - GRANORDESTE, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL. CDA FORMADA DE ACORDO COM OS REQUISITOS LEGAIS. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DE IRREGULARIDADES. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE. MULTAS ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. TAXA ANUAL POR HECTARE (TAH). PRESCRIÇÃO INEXISTENTE. COBRANÇA LEGÍTIMA.

1. A sentença julgou parcialmente procedentes embargos à execução fiscal para anular a CDA indicada e ordenar o prosseguimento do executivo fiscal para satisfação dos créditos remanescentes, não confessados/parcelados, insertos nas demais CDA's, referente à multa administrativa pelo não pagamento da Taxa Anual por Hectare (TAH).
2. Com relação às autorizações de pesquisa mineral, conferidas após o advento da Lei nº 9.314/961, é processual e materialmente admissível a cobrança das TAH's correspondentes, pois não alcançadas pela decadência nem pela prescrição.
3. O fato gerador da obrigação de seu pagamento não mais se encontra adstrito ao limite metrológico anteriormente previsto no art. 20, II, do Código de Mineração (DL nº 227/67).
4. As CDA's de nºs 04.25427.2009 e 04.25425.2009 - referentes às TAH's vencidas a partir de 2005 -, foram lavradas de acordo com as disposições legais vigentes e cobradas pelo ente competente, por constituírem receitas do DNPM.
5. Ausência de prova de que o embargante cessou sua pesquisa mineral em razão de alegada interdição da área explorada.
6. Procedimento administrativo que comprova que a multa administrativa abrangida pela CDA de nº 04.025424.2009 não está

atingida pela prescrição intercorrente.

7. Apelação não-provida" (fl. 188e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 191/197e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CDA FORMADA DE ACORDO COM OS REQUISITOS LEGAIS. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DE IRREGULARIDADES. MULTAS ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. TAXA ANUAL POR HECTARE (TAH). PRESCRIÇÃO INEXISTENTE. COBRANÇA LEGÍTIMA. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. REDISCUSSÃO. DESCABIMENTO.

1. Os embargos de declaração não são meio próprio ao reexame da causa, devendo limitar-se ao esclarecimento de obscuridade, contradição ou omissão, in casu, inexistentes no acórdão embargado.

2. Matéria do recurso foi devidamente analisada, com motivação clara e nítida. Questões enfrentadas conforme as legislação e jurisprudência pertinentes. O magistrado não está obrigado a julgar de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento.

3. Deveras apreciado que:

- 'com relação às autorizações de pesquisa mineral, conferidas após o advento da Lei nº 9.314/961, é processual é materialmente admissível a cobrança das TAH's correspondentes, pois não alcançadas pela decadência nem pela prescrição;

- o fato gerador da obrigação de seu pagamento não mais se encontra adstrito ao limite metrológico anteriormente previsto no art. 20, II, do Código de Mineração (DL nº 227/67);

- as CDA's de nºs 04.25427.2009 e 04.25425.2009 - referentes às TAH's vencidas a partir de 2005 -, foram lavradas de acordo com as disposições legais vigentes e cobradas pelo ente competente, por constituírem receitas do DNPM;

- ausência de prova de que o embargante cessou sua pesquisa mineral

em razão de alegada interdição da área explorada;

- procedimento administrativo que comprova que a multa administrativa abrangida pela CD A de nº 04.025424.2009 não está atingida pela prescrição intercorrente."

4. Desnecessário o exame dos arts. 20 do Código de Mineração e 1º, § 1º, da Lei nº 9.873/99. Decisão baseada em legislação diversa da apontada pela embargante.

5. Embargos de declaração não-providos" (fl. 206e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 8º da Lei 7.886/89, 47 da Lei 9.636/98 e 1º, § 1º, da Lei 9.873/99, sustentando a ilegalidade da cobrança da taxa anual por hectare, ante a "falta de legitimidade do DNPM para cobrar a referida taxa antes do advento da Lei 9.314/96, a qual fixou a competência do Ministro de Minas e Energia para definir o prazo de pagamento da exação" (fl. 217e). Defende, também, a ocorrência de prescrição.

Por fim, requer "seja dado provimento ao presente recurso especial para julgar procedente os embargos de execução fiscal em todos os seus termos, anulando as CDA's, e, ainda, apontando a ilegalidade ora afrontada consistente na falta de legitimidade do Departamento Nacional de Produção Mineral para cobrar a referida taxa antes do advento da Lei nº 9.314/96, além das prescrições insertas nos presentes autos" (fl. 223e).

Contrarrazões a fls. 239/242e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 244e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Embargos à Execução Fiscal opostos pela parte ora recorrente, com o objetivo de afastar a cobrança do pagamento da Taxa Anual por Hectare (TAH), ao fundamento de que seria inexigível e ilegal.

Julgada parcialmente procedente, recorreu o autor, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, cumpre destacar que, nos termos do Enunciado Administrativo nº 2/2016, do STJ, aprovado na sessão plenária de 09/03/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

De outro lado, por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos do acórdão recorrido, observa-se que as teses recursais contidas nos artigos 8º da Lei 7.886/89, 47 da Lei 9.636/98 e 1º, § 1º, da Lei 9.873/99, sequer implicitamente, foram apreciada pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*").

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

**2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.**

(...)

6. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.172.051/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Acrescente-se que, se a parte recorrente entendesse persistir algum vício no acórdão impugnado, imprescindível a alegação de violação ao art. 535 do CPC/73, por ocasião da interposição do Recurso Especial, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento.

Assim, à mingua de prequestionamento, inviável a apreciação da aludida tese recursal.

Ademais, o Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, consignou que a cobrança ocorreu por parte do ente competente, "por constituírem receitas do DNPM", além do que não restaria configuradas a prescrição e a decadência (fl. 204e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

